



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

TC 6919/989/20

ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BELA

ASSUNTO: CONTAS ANUAIS

EXERCÍCIO: 2021

RESPONSÁVEL: SR. ÁLVARO JESIEL DE LIMA

PERÍODO: 01/01/2021 a 31/12/2021

SENHORA ASSESSORA PROCURADORA-CHEFE

Tramitam os autos por esta Assessoria para manifestação acerca da documentação encartada, decorrente da notificação expedida pelo Exmo. Sr. Conselheiro Relator, nos termos do artigo 194, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas (Evento 98.1).

Fiscalização de UR-03, em seu bem elaborado relatório (Evento 91.61 / fls.01/71) apontou irregularidades, quer de caráter formal, ou mesmo de infringência a normas legais.

De plano, registramos a síntese de percentuais apurados pelos órgãos instrutivos durante inspeção "in loco", a saber:



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

TC 6919/989/20

Tópico	Estabelecido	Efetivado
Resultado da Execução Orçamentária	Superávit de 5,97%	
Aplicação no Ensino Art. 212/CF	Mínimo: 25%	25,51%
Aplicação do FUNDEB Art. 60, XII/ADCT	Mínimo: 70%	70,22%
Total Geral Aplicado com Recursos do FUNDEB Art. 21, §2º, LF nº 11494/07	Mínimo: 90% no exercício e 10% no primeiro trimestre seguinte	94,72% e 100% até 30/04/2022
Aplicação em Ações e Serviços de Saúde Art. 77, III/ADCT	Mínimo: 15%	29,25%
Despesas com Pessoal Art. 20, III, "b", LRF	Máximo 54%	44,67%

Como se depreende do Quadro acima foi atendido o que determina o artigo 212 da Constituição Federal



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

TC 6919/989/20

(aplicação mínima de 25% da Receita resultante de Impostos no Ensino), bem como ao inciso XII, do artigo 60 das Disposições Constitucionais Transitórias (aplicação mínima de 70% do FUNDEB na remuneração dos profissionais do Magistério) e 100% desses recursos (FUNDEB) até 20/04/2022.

De igual modo, as Despesas com Pessoal não ultrapassaram o limite de que trata o artigo 20, inciso II, "b", da Lei Complementar 101/00 (54%), ou seja, corresponderam a 44,67% de suas Receitas Correntes Líquidas.

Quanto às irregularidades apuradas pela Fiscalização de UR-03 e, sob os aspectos de nossa alçada, temos a destacar:

- Controle Interno

- O setor está vinculado à Secretaria de Finanças e o cargo é de livre nomeação pelo Prefeito Municipal, conforme determinam os artigos 4º e 5º da Lei Municipal nº 527/2017, sendo que o servidor responsável pelo Controle Interno em 2021, também foi responsável pelo Departamento de Pessoal, fatores que comprometem a sua independência de atuação necessária ao exercício da função;
- Os relatórios elaborados pelo Controle Interno trazem somente dados estatísticos alcançados pela Prefeitura no período, não avaliando a gestão em suas dimensões;



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

TC 6919/989/20

- O setor não exerceu, no período analisado, a fiscalização com atuação prévia, concomitante e subsequente aos atos e fatos administrativos visando à avaliação da ação do governo e da gestão dos administradores, em descumprimento ao determinado no artigo 3º da Lei Municipal nº 527/2017;

A Origem, por seu turno, registra adoção de medidas, visando regularizar a matéria, em especial, a criação de cargo efetivo de Agente de Controle Interno e consequente realização de Concurso Público para seu preenchimento, razão pela qual, propomos o acompanhamento do anunciado em próxima fiscalização.

- IEG - M - I - PLANEJAMENTO - Índice C+

O índice obtido (C+) torna necessária recomendação ao Executivo, tendo em vista os seguintes apontamentos:

- Não houve a elaboração do Relatório Anual de Avaliação dos Programas Finalísticos Monitorados do PPA pela Prefeitura Municipal;
- As peças que compõem o planejamento não são divulgadas com os indicadores de programas e metas de ações governamentais "previstos X realizados", infringindo o artigo 7º, inciso VII, alínea "a", da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011;
- Na consulta pública online para elaboração das Peças de Planejamento não há glossário explicando os objetivos, a forma de contribuição e o prazo de coleta em linguagem clara e simples;
- A LOA prevê abertura de créditos adicionais por decreto em percentual acima da inflação;



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

TC 6919/989/20

- Não houve a realização de avaliações formais com elaboração de relatórios sobre a execução orçamentária;
- O responsável pelo Controle Interno ocupa cargo efetivo e exerce a função de forma não exclusiva;
- A estrutura organizacional do Sistema de Controle Interno está associada ou subordinada diretamente a Secretaria/Diretoria de Finanças/Fazenda e não diretamente ao dirigente máximo da Prefeitura;
- A Prefeitura Municipal entregou documentos do Sistema Audesp fora do prazo ou não entregou, em desacordo com as Instruções nº 02/2016 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, bem como os incisos do § 2º do artigo 35 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT.

- Quadro de Pessoal

O Quadro de Pessoal da Prefeitura é composto por 351 cargos efetivos, dos quais, 244 encontram-se ocupados e 47 cargos em comissão, estando 22 efetivamente preenchidos, sendo que no exercício em exame foram admitidos 09 servidores para cargos em comissão, conforme Quadro abaixo:

Cargos em Comissão	Lei	Admissão
Chefe do Dep. de E. S. e Família	LC nº 120 de 29/03/2018	06/01/2021
Assistente de D. de Esporte e Lazer	LC nº 120 de 29/03/2018	06/01/2021
Chefe do Dep. De Vigil. em Saúde	LC nº 120 de 29/03/2018	02/09/2021
Diretor de Esporte e Lazer	LC nº 113 de 05/04/2017	06/01/2021
Assessor de Gabinete	LC nº 097 de 23/05/2014	05/10/2021
Assessor de Gabinete (*)	LC nº 097 de 23/05/2014	05/10/2021
Chefe do D. d G. de Pessoal	LC nº 120 de 29/03/2018	05/10/2021
Chefe D. O. e C. Públicos	LC nº 120 de 29/03/2018	03/11/2021
Assistente de D. da Saúde	LC nº 120 de 29/03/2018	02/08/2021

- (*) Demissão em 04/10/2021
- Arquivos 21 e 22.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

TC 6919/989/20

Fiscalização de UR-03, contudo, apurou que 04 desses cargos em comissão não atendem às excepcionalidades previstas no inciso V, do artigon37, da Constituição Federal, são eles:

- 01 Assistente de Diretoria de Esporte e Lazer;
- 02 Assessores de Gabinete e
- = 01 Assistente de D. da Saúde.

Como agravante, os servidores designados para Diretor de Esporte e Lazer (Técnico de Futebol) e Assistente de D. da Saúde (Técnico de Enfermagem) não possuem nível de escolaridade superior, desatendendo, portanto, o posicionamento desta Corte de Contas, que considera necessária a graduação universitária para referidos cargos (Diretor), nos termos do Comunicado SDG 32/2015.

Além desses admitidos em 2021, outros tantos, também designados em comissão, exercem atividades e atribuições desprovidas das características de Direção, Chefia e Assessoramento, sendo que em nenhum deles foi exigida graduação superior, o que por si só, demonstra o caráter meramente burocrático, sem complexidade específica das funções realizadas:

Assistente de Diretoria de Esporte e Lazer

Atribuições:

- Assessorar os trabalhos da Diretoria de Esporte e Lazer;



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

TC 6919/989/20

- Elaborar o expediente oficial do Diretor;
- Acompanhar a agenda administrativa e social;
- Acompanhar os prazos;
- Controlar a observância dos prazos para emissão de pronunciamentos, pareceres e informações da responsabilidade do Diretor;
- Exercer outras atividades correlatas.

Assistente de Diretoria e Planejamento e Gestão

Atribuições:

- Assessorar os trabalhos da Diretoria de de Planejamento e Gestão;
- Elaborar o expediente oficial do Diretor;
- Acompanhar a agenda administrativa e social;
- Acompanhar os prazos; controlar a observância dos prazos para emissão de pronunciamentos, pareceres e informações da responsabilidade do Diretor;
- Exercer outras atividades correlatas.

Assistente de Gabinete

Atribuições:

- Assessorar os trabalhos do Gabinete do Prefeito;
- Orientar e acompanhar as atividades;
- Elaborar o expediente oficial do Prefeito;
- Acompanhar a agenda administrativa e social;
- Acompanhar os prazos;
- Controlar a observância dos prazos para emissão de pronunciamentos, pareceres e informações da responsabilidade do Diretor;
- Exercer outras atividades correlatas.

Assessor de Gabinete

Atribuições:

- Assessorar diretamente o Prefeito na sua representação civil, social e administrativa;
- Assessorar o Prefeito na adoção de medidas administrativas que propiciem a harmonização das iniciativas dos diferentes órgãos municipais;
- Prestar assessoramento ao Prefeito, encaminhando-lhe, para pronunciamento final, as matérias que lhe foram submetidas à análise e decisão;
- Assessorar a elaboração do expediente Oficial do Prefeito;
- Supervisionar a elaboração de sua agenda administrativa e social;
- Encaminhar para publicação os atos do Prefeito;
- Controlar a observância dos prazos;
- Supervisionar a organização do cerimonial;
- Outras atividades correlatas.

A Prefeitura Municipal de Pedra Bela, apesar de reiterar que seu quadro funcional, em especial, de comissionados vem diminuindo, em relação aos exercícios anteriores, noticia, contudo, que em virtude da celebração do Termo de Ajuste de Conduta – TAC junto ao



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

TC 6919/989/20

Ministério Público Estadual, homologado pelo Conselho Superior do Ministério Público, tendo como objeto a reestruturação administrativa (Quadro de Pessoal), medidas corretivas vem sendo adotadas, visando atender, inclusive, orientações desta Corte de Contas, o que poderá ser verificado em próxima fiscalização.

GRATIFICAÇÃO DE NÍVEL SUPERIOR

Quanto ao Pagamento de Gratificação de Nível Superior a servidores ocupantes de cargos, cujas admissões já previam, como condição, a titularidade do 3º Grau, a Prefeitura esclarece que as Gratificações foram pagas a servidores, ocupantes dos cargos de Professor I e II, que diferentemente do apontado por UR0-3, não exigiam, à época das respectivas admissões, a graduação superior, assim descrito na Lei Municipal 84/2009 que s criou:

Art. 9º Para o provimento dos empregos públicos, bem como o preenchimento de funções decorrentes de serviços transitórios na área da educação, a que se refere o artigo anterior, são exigidos os seguintes requisitos mínimos:



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

TC 6919/989/20

I - PROFESSOR I - Professor de Educação Infantil (Pré-Escola e Creche): nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida como formação mínima, a habilitação específica em nível médio, na modalidade Normal;

II - PROFESSOR II - Professor de Ensino Fundamental do 1º ao 5º ano e Educação de Jovens e Adultos: nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida como formação mínima, a habilitação específica em nível médio, na modalidade Normal;

Portanto, essas Gratificações foram concedidas, visando estimular os beneficiados no aprimoramento de suas formações e, conseqüentemente, no incremento da máquina pública.

Por outro lado, a Origem ratifica sua intenção de reestruturar seu Quadro de Pessoal, nos termos já descritos, podendo ser objeto de verificação em futura fiscalização.

De nossa parte, entendemos, S.M.J., pertinentes os esclarecimentos encaminhados pela Prefeitura de Pedra Bela.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

TC 6919/989/20

De igual modo, entendemos aceitável a realização de HORAS-EXTRAS, ainda que, a princípio, tenham se caracterizado como aumento indireto de vencimentos, dada a continuidade no decorrer de todo exercício, o que poderá, ao nosso juízo, ser relevado, tendo em vista que a quase totalidade dessas HORAS-EXTRAS foram pagas a servidores na área da Saúde, em especial motoristas, para o transporte de pacientes em tratamento oncológico na cidade de Ribeirão Preto.

Assim como nos itens anteriores, a Origem noticia a adoção de medidas corretivas, a fim de regularizar o apontado no relatório de UR-03.

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

•Os valores pagãos a título de honorários advocatícios não constam de folha de pagamento, desatendendo recomendação desta Casa de Contas.

Segundo a Prefeitura, o Departamento de Recursos Humanos já foi orientado para proceder a inclusão dos Honorários de Sucumbência à respectiva Folha de Pagamento do Procurador Municipal.



. IEG-M – I-FISCAL – Índice B+

- A Prefeitura Municipal não dispõe de rotina de fiscalização para detectar contribuintes que deixaram de emitir a Nota Fiscal de Serviços por determinado período ou que apresentaram queda acentuada em suas operações, a fim de detectar o fim das atividades ou a sonegação do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN);
- Não houve divulgação de todos os atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução da despesa em tempo real, contrariando o inciso I do artigo 48-A da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000. A disponibilização, em tempo real, da receita e despesa possibilita o acompanhamento tempestivo, pelo cidadão, da execução orçamentária e financeira, promovendo o fortalecimento do

controle social e a legitimação das ações praticadas pela Administração Pública Municipal;

- A Prefeitura Municipal realizou o envio dos dados, das informações e dos documentos referentes à Gestão Fiscal e à Prestação Anual de Contas fora do prazo estabelecido no Calendário Anual de Obrigações do Sistema AUDESP, contrariando o artigo 55 das Instruções nº 01/2020 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

. OUTROS PONTOS DE INTERESSE

- DA AUSÊNCIA DE AUTO DE VISTORIA DO CORPO DE BOMBEIRO NOS PRÉDIOS PÚBLICOS, INCLUSIVE ESCOLA E UNIDADES DE SAÚDE

- Não há Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros – AVCB para os imóveis ocupados pela Prefeitura de Pedra Bela, descumprindo-se o disposto no Decreto Estadual nº 63.911, de 10 de dezembro de 2018;
- Proposta da fiscalização: que seja comunicado o Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo, para as providências que entender pertinentes.



DA COBRANÇA EXTRAJUDICIAL E JUDICIAL DA

DIVIDA ATIVA

- Ausência de implantação em 2021 do parcelamento incentivado de créditos; facilitação do Pagamento via encaminhamento de boleto bancário ou guia de arrecadação preenchida ao devedor; protesto extrajudicial da Certidão da Dívida Ativa (CDA); inclusão do nome do devedor em Cadastro (Ex. Cadastro Informativo Municipal - CADIN); Inclusão do nome do devedor em serviços de proteção ao crédito.

ESCRITURA PÚBLICA DOS BENS IMÓVEIS

- Nem todos os imóveis de propriedade da municipalidade contam com Escritura Pública e Registro no Cartório de Imóveis, contrariando o artigo 167 c/c artigo 169 da Lei Federal nº 6.015/73.

- IEG - M - I - EDUC - Índice C

Necessária recomendação à Origem, tendo em vista o apurado:

- A Prefeitura Municipal possui mais de 10% do quadro de professores de creche como temporários, contrariando o recomendado pelo Conselho Nacional de Educação - CNE em seu Parecer nº 9, de 02 de abril de 2009, e pela estratégia 18.1 da Meta 18 do Plano Nacional de Educação (PNE - Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014);
- Menos de 50% dos estabelecimentos de Pré-Escola possuem turmas em tempo integral;
- Menos de 25% dos alunos de Pré-Escola concluíram o ano letivo em período integral durante o exercício de 2021;
- Nem todos os estabelecimentos que oferecem os Anos Iniciais do Ensino Fundamental possuem laboratório de informática, contrariando o Parecer do Conselho Nacional de Educação - CNE nº 08/10;



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

TC 6919/989/20

- Em 2021, houve rotatividade de professores superior a 20% em estabelecimentos dos Anos Finais do Ensino Fundamental;
 - Nem todos os professores dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental possuem formação de nível superior obtida em curso de licenciatura;
 - Não houve entrega do uniforme escolar aos Anos Iniciais do Ensino Fundamental em 2021;
 - A Prefeitura Municipal possui, em média, mais de 10 alunos por computador para as turmas dos Anos Finais do Ensino Fundamental, contrariando o Parecer do Conselho Nacional de Educação - CNE nº 08/10;
 - Nem todos os professores regentes dos Anos Finais participaram de cursos de capacitação no ano de 2021, contrariando a Meta 16 do Plano Nacional de Educação (Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014) e o inciso II do artigo 67 e o inciso III do § 3º do artigo 87 da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996;
 - Menos de 25% dos alunos dos Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) concluíram o ano letivo em período integral durante o exercício de 2021;
- Nem todos os estabelecimentos de ensino da rede pública municipal possuíam Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros - AVCB vigente no ano de 2021.

- IEG - M - I - SAÚDE - Índice C+

- Nem todas as metas previstas para os indicadores do Plano Municipal de Saúde (2018-2021) foram atingidas, comprometendo a eficácia das ações governamentais;
- Não houve treinamento específico aos membros do Conselho Municipal de Saúde;
- Não houve apresentação dos Relatórios do 1º e 2º Quadrimestres de 2021 em audiência pública na Câmara Municipal dentro do prazo, contrariando artigo 36, §5º, da Lei Complementar Federal nº 141, de 13 de janeiro de 2012;



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

TC 6919/989/20

- Nenhuma unidade de saúde (estabelecimento físico) possui AVCB (Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros) ou CLCB (Certificado de Licença do Corpo de Bombeiros), contrariando Decreto Estadual nº 63.911, de 10 de dezembro de 2018 e Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977;
- Nem todas as unidades de saúde (estabelecimentos físicos) possuem alvará de funcionamento da Vigilância Sanitária, contrariando Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977;
- Não houve gestão do estoque de insumos para controle de vetores (inseticidas, larvicidas) de interesse da Vigilância em Saúde, incluindo o armazenamento e o transporte desses insumos para seus locais de uso, contrariando o inciso XIV do artigo 11 da Portaria do Ministério da Saúde nº 1.378, de 09 de julho de 2013;
- Não houve implantação da Ouvidoria da Saúde em âmbito municipal, contrariando o item h do artigo 5.1 da Resolução CIT (Comissão Intergestores Tripartite) nº 4, de 19 de julho de 2012.

. VERIFICAÇÃO DE RESOLUTIVIDADE NO AGENDAMENTO

- Existência de demanda reprimida nas consultas e nos exames médicos no Município, em afronta ao direito social da saúde, garantido pelo artigo 6º da Constituição Federal, bem como ineficácia por parte do Poder Executivo na gestão de políticas sociais relacionadas às ações e serviços de saúde, em descumprimento ao artigo 196 do referido diploma legal;
- Proposta da fiscalização: comunicação ao Ministério Público do Estado de São Paulo para a adoção das providências que entender pertinentes para o caso.

PUBLICAÇÃO DE ESCALAS DOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE EM SÍTIOS ELETRÔNICOS (*INTERNET*)

- O Município não publica a escala de plantões e consultas dos profissionais de saúde em sítios eletrônicos, em inobservância ao artigo 5º, inciso XXXIII, da Constituição Federal e ao artigo 8º, *caput*, da Lei Federal nº 12.527, de 18/11/2017.



IEG-M – I-AMB – Índice C

- Não foi instituída lei regulamentando a proibição de queimada urbana pelo Município;
- Nem todas as metas do plano municipal ou regional de saneamento básico foram cumpridas dentro do prazo;
- O cronograma de metas do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS) não contém previsão das metas de redução de resíduos sólidos secos dispostos em aterros;
- Nem todas as metas do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos foram cumpridas dentro do prazo;
- A Prefeitura Municipal não possui Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC) elaborado e implantado, contrariando o artigo 11 da Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) nº 307, de 5 de julho de 2002 e suas alterações;
- Segundo dados constantes na base de dados do SNIS referência 2020, uma parcela dos domicílios do município estava em situação de risco de inundação.

PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

- Nem todas as metas do Plano Municipal de Saneamento Básico foram cumpridas;
- A Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo – ARSESP apontou uma série de não conformidades em 2021, referentes à qualidade da prestação dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e comercial.

GESTÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS

- A Prefeitura não cumpriu a meta do Plano Municipal de Gestão Integrada de resíduos Sólidos de diminuição dos resíduos do município de 375 Kg/dia para 389 kg/dia em 2021.



FIDEDGNIDADE DOS DADOS INFORMADOS AO SISTEMA

AUDESCP

- Existência de divergência dos dados informados ao Sistema Audesp, em inobservância aos Princípios da Transparência (artigo 1º, § 1º, da Lei de Responsabilidade Fiscal) e da Evidenciação Contábil (artigo 83 da Lei Federal nº 4.320/64);
- Proposta da fiscalização: que seja recomendado à Origem para que promova ajustes, a fim de garantir a fidedignidade das informações encaminhadas ao Sistema Audesp, em atendimento aos princípios da transparência e da evidenciação contábil.

IEG-M – I-CIDADE – Índice C+

INDICADOR TEMÁTICO	2018	2019	2020	2021
I-CIDADE:	C ↓	C ↑	C ↑	C+ ↑

A LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO E A LEI DA TRANSPARÊNCIA FISCAL

No endereço Portal da Transparência - Prefeitura de Pedra Bela (<http://18.230.84.238/pronimtb/index.asp>) acesso em 13/10/2022, constatamos a existência dos Serviços de Informação, administração, receitas, despesas, transferências financeiras, transferências voluntárias, credores, gestão de pessoas, acesso a informação, publicações, com várias outras informações e serviços de interesse local. Também verificamos a existência do acesso ao item Ouvidoria (<https://www.pedrabela.sp.gov.br/ouvidoria>).



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

TC 6919/989/20

- IEG - M I - GOV TI - Índice C+

INDICADOR TEMÁTICO	2018	2019	2020	2021
GOV TI:	C ↓	C ↓	C+ ↑	C+ ↓

- Atendimento à Lei Orgânica, Instruções e Recomendações do Tribunal

No que se refere às recomendações desta Corte de Contas, haja vista os 02 últimos exercícios apreciados, transcrevemos os quadros elaborados por UR-03:

Exercício 2017	TC 006490.989.16-7	DOE 24/04/2019	Data do Trânsito em julgado 06/06/2019
<p>Parecer Favorável - Determinações:</p> <ul style="list-style-type: none">• Adote medidas concretas para o efetivo funcionamento do controle interno;• Avalie e desenvolva medidas para corrigir as diversas impropriedades apontadas pelo IEG-M sob as perspectivas de planejamento, educação e saúde;• Adote providências quanto à revisão de seu Quadro de Pessoal, especialmente no que toca aos cargos em comissão, adequando-o às exigências do artigo 37, incisos II e V, da Constituição Federal;• Corrija as diversas incorreções observadas no tocante à educação, buscando não apenas a aplicação dos mínimos constitucionais e legais, mas também o efetivo resultado qualitativo do investimento;• Elabore e implante Plano de Carreira, Cargos e Salários (PCCS) para os profissionais da saúde, de modo a possibilitar o regular recebimento de recursos para o Sistema Único de Saúde, nos termos do artigo 4º, inciso VI, da Lei 8.142/1990;• Providencie o auto de vistoria do Corpo de Bombeiros e alvará da Vigilância Sanitária das unidades de saúde e educação;• Encaminhe a este Tribunal os documentos exigidos pelo Sistema AUDESP dentro dos respectivos prazos fixados nas Instruções TCE 02/2008 (e, a partir de 04.08.2016, nas Instruções 02/2016).			



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

TC 6919/989/20

Exercício 2016	TC 00402.989.16-6	DOE 24/08/2018	Data do Trânsito em julgado 09/10/2018
<p>Parecer Favorável - Determinações:</p> <ul style="list-style-type: none">• Aplique corretamente os recursos vinculados ao Ensino;• Corrija as falhas apontadas pelas Fiscalizações de Natureza Operacional da Rede Pública Municipal de Ensino e de Saúde;• Regule o Sistema de Controle Interno, atentando para a necessidade de apresentação de relatórios periódicos, nos termos dos artigos 31 e 74 da Constituição Federal e das orientações traçadas por este E. Tribunal;• Corrija as impropriedades verificadas no item "Execução dos Serviços de Saneamento Básico, Coleta e Disposição Final dos Resíduos Sólidos";• Atenda integralmente às recomendações desta Corte;• Aprimore a gestão de pessoal, com vista à identificação das atribuições e requisitos para o provimento de cargos, atentando, em relação aos cargos em comissão, para o disposto no artigo 37, inciso V, da Constituição Federal, de modo que efetivamente se caracterizem como de chefia, assessoramento ou direção, observada a exigência de conhecimentos técnicos especializados compatíveis com a excepcionalidade dessas atividades;• Efetue os ajustes necessários para garantir a fidedignidade das informações inseridas no banco de dados do Sistema AUDESP, em cumprimento aos princípios da transparência e da evidência contábil, nos termos do Comunicado SDG nº 34/0919, atentando para os prazos de encaminhamento dos documentos exigidos por esse Sistema deste Tribunal;• Promova melhorias quanto às fragilidades demonstradas pelo IEGM em todas suas dimensões.			

Série histórica de classificação do índice de Efetividade da Gestão Municipal:

EXERCÍCIOS	2019	2020	2021
IEG-M	C+	C+	C
i-Planejamento	C	C	C
i-Fiscal	B+	B+	B+
i-Educ	B	C+	C
i-Saúde	B	C+	C+
i-Amb	C	C	C
i-Cidade	C	C	C+
i-Gov-TI	C	C+	C+

Obs.: Índices do exercício em exame após verificação/validação da Fiscalização.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

TC 6919/989/20

A Assessoria Técnica precedente (ATJ-ECO / Evento 150.1), ao analisar os aspectos de sua alçada, opina pela emissão de parecer Favorável às presentes contas.

De nossa parte, portanto, uma vez que os itens de maior relevância ATENDERAM aos ditames legais e aos preceitos constitucionais, quais sejam: RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, APLICAÇÃO NO ENSINO, APLICAÇÃO DO FUNDEB, APLICAÇÃO EM AÇÕES DE SAÚDE, TRASFERÊNCIA AO LEGISLATIVO E DESPESAS COM PESSOAL, somos S,M.J., pela EMISSÃO DE PARECER PRÉVIO FAVORÁVEL À APROVAÇÃO DAS CONTAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BELA, relativas ao exercício de 2021, sem embargo, contudo, das recomendações sugeridas, em especial, no que tange a necessidade da melhora e aprimoramento do Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEG-M).

É o nosso posicionamento.

ATJ, em 03 de FEVEREIRO de 2023.

SÉRGIO FORTUNA JARRA
Assessoria Técnica